



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública destina-se ao cumprimento da obrigatoriedade de **Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, referente ao 3º quadrimestre de 2025**, em atendimento ao artigo 9º, § 4º, e ao artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). A Audiência foi realizada no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), sob responsabilidade da **Comissão de Finanças e Orçamento (CFO)**, composta pelos vereadores Sidnei Telles - Presidente, Uilian da Farmácia – Vice-Presidente, Daniel Malvezzi e Guilherme Machado, membros. Deixou de comparecer o Vereador Diogo Altamir, por estar em viagem oficial. Também participaram os Vereadores Luiz Neto, William Gentil, Flávio Mantovani, Professor Pacífico, Ana Lúcia Rodrigues, Mário Hossokawa e Pastor Sandro. Estiveram presentes, ainda, as seguintes autoridades: o Secretário Municipal de Logística e Compras Luís Guilherme Turchiari, o Secretário de Aceleração Econômica e Turismo Annibal Bianchini, o Secretário de Gestão de Pessoas Moacir Olivatti, a Secretária de Juventude e Cidadania Sandra Franchini, o Presidente da Autarquia Maringá Previdência Edson Paliari e o representante da Secretaria de Cultura Adriano da Silva Bacurau. Às 15h00min do dia 23 de fevereiro de 2026, o Presidente da CFO, Vereador Sidnei Telles declarou aberta a Audiência, cumprimentando a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), em nome do Secretário Municipal de Fazenda, senhor Carlos Augusto Ferreira e do Diretor de Contabilidade, Adriano Correia da Silva. O Presidente informou que a Audiência foi amplamente divulgada à comunidade, permitindo a participação presencial e remota, por meio dos canais da Câmara Municipal de Maringá no YouTube e no Facebook, com envio de perguntas sobre o tema e explicou que os vereadores poderiam formular questionamentos ao final da apresentação. Em seguida, o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, senhor Adriano Correia da Silva, cumprimentou as autoridades presentes e iniciou a exposição dos dados referentes ao 3º quadrimestre de 2025, por meio de slides. Os documentos utilizados na apresentação constam dos anexos “Anexo Slides Prestação de Contas (0440916)” e “Anexo Caderno Prestação de Contas 23/02/2026 (0440959)”, acessíveis no SEI, processo nº 26.0.000001398-5. Os arquivos também foram disponibilizados no site da Câmara Municipal de Maringá, em Transparência > Atividades Legislativas > Audiências Públicas > “024/2026 - Prestação de Contas do Município - 3.º quadrimestre de 2025 - Comissão de Finanças e Orçamento”. Durante a apresentação, o Secretário Municipal de Fazenda destacou os seguintes pontos: 1. Que o Imposto de Renda dos servidores públicos e dos prestadores de serviço do Município fica retido na fonte e constitui receita direta para a Administração, todavia, com a isenção de imposto de renda para contribuintes com renda de até R\$ 5.000,00 partir de 2026, as retenções desta faixa de renda não mais existirão e constituirão uma queda relevante na arrecadação dessa receita a partir do 1º quadrimestre de 2026. 2. Que parte do crescimento de arrecadação do ITBI é resultado dos processos de saneamento que foram implantados no primeiro trimestre de 2025 com uso de inteligência artificial para aferições mais precisas para apuração do valor do tributo. 3. Em relação aos pagamentos de precatórios, afirmou que Maringá, historicamente, sempre quita essas dívidas dentro do próprio exercício, todavia, com a aprovação da PEC 66, esses pagamentos estão limitados a 1% (um por cento) da receita líquida. Por essa razão, invés de fazer a quitação de todos os precatórios, o Município manteve esses títulos na sua carteira de dívidas para serem liquidados no próximo exercício. Informou que a Secretaria está trabalhando num projeto, que será apresentado ainda esse ano, para criar um processo de compensação aos credores desses precatórios, já que não poderão ser pagos, serão convertidos em outro elemento de despesa pra ser usado como forma de pagamento de dívida ativa, de forma inovadora no Município de Maringá. Encerrada a apresentação, o Secretário agradeceu todo o Secretariado Municipal frisando seu compromisso com a redução das despesas e austeridade nos gastos pra fazer mais com menos e melhor com o Orçamento 2025 planejado por outra gestão, enfrentando grandes desafios de fiscais e financeiros. Aberta a palavra a questionamentos, inscreveram-se os Vereadores Professor Pacífico, Uilian da Farmácia e Professora Ana Lúcia. Inicialmente, o Professor Pacífico parabenizou a Comissão de Finanças pelo trabalho de fiscalização e acompanhamento do Orçamento. Em seguida, questionou sobre as despesas de pessoal e

encargos, observou um aumento significativo nas despesas com horas extras e questionou se há previsão de planejamento, como concurso ou terceirização de serviços, para redução dessa despesa. Após, indicou que ao final de 2025 houve um crédito de 137 milhões de reais, sendo 34 milhões de crédito ao fim do 3º quadrimestre e questionou a razão do aumento do IPTU em 30% se há um crédito dessa magnitude no orçamento. Para responder aos questionamentos, o senhor Secretário Carlos Augusto informou que as horas extras crescem em diversas secretarias, proporcionalmente aos atestados médicos apresentados, porque o serviço precisa ser executado, independente da presença do servidor e que o Senhor Prefeito solicitou que o problema das horas extras seja enfrentado com rigor, cada Secretário em sua pasta. Sobre o questionamento do superavit, informou que houve melhora no processo do ITBI, corrigindo falhas em relação à demora para lançamento do tributo de correção dos valores de mercado dos imóveis, informou que houve estímulo à autodenúncia para que contribuintes faltosos pudessem regularizar sua situação. Por determinação do Conselho Nacional de Justiça, os contribuintes que forem inscritos em dívida ativa terão seu CPF inscrito também no Serviço de Proteção ao Crédito (SERASA), portanto os processos de cobrança e pagamento serão mais eficazes. Essa eficiência na cobrança do tributo gerou o bom resultado financeiro. Sobre o aumento do IPTU já para 2026, informou que neste exercício haverá a perda de mais de 100 milhões de reais do IPVA e haverá também a perda substancial da arrecadação do IR retido na fonte, fruto da PEC 66, tendo sido calculado um decréscimo de aproximadamente 60 milhões de reais, portanto, foi necessário buscar a compensação na forma de outro tributo. Informou que em 2024 foi gerada ao Município uma receita extraordinária com a venda da folha de pagamento, e naquele ano o Município auferiu um superavit de 44 milhões de reais, todavia, com essa receita destacada, o superavit foi efetivamente de 14 milhões. Esses números demonstram a melhor eficiência da atual gestão, entregando resultado nove vezes melhor, com disciplina fiscal e tolerância zero para os contribuintes devedores, e esse trabalho vai continuar em 2026. Quanto ao tema, questionou o Vereador Uilian da Farmácia se já há algum resultado de superavit neste ano de 2026 com o aumento de IPTU. Em resposta, o senhor Secretário informou que sim, que no mês de janeiro, já contabilmente fechado, há déficit em razão da perda de 10 milhões de reais de IPVA, sendo que a arrecadação do IPTU de janeiro foi a mesma do ano passado. Portanto, no mês de janeiro de 2026 o resultado é de menos 10 milhões. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Professora Ana Lúcia para tratar sobre o ITBI, indicando uma arrecadação de 15 milhões acima do previsto no Orçamento 2025, o que demonstrou ser uma previsão muito conservadora. Dessa forma, questionou se a previsão para 2026 continuará igualmente conservadora. Após, questionou se há previsão para revisão da Planta Genérica de Valores que servem de base de cálculo do IPTU e do ITBI que, de fato, traria justiça tributária aos contribuintes, diferente da aplicação indiscriminada do corte do desconto de forma linear, sem considerar as diferenças de padrões de imóveis do Município. Em resposta, o senhor Secretário de Fazenda informou que o orçamento do ITBI para 2025 foi elaborado pela gestão anterior, não sabendo informar se a previsão foi conservadora ou não, mas indicou que para 2026 os números estão mais agressivos. Em relação ao IPTU, informou que eventual revisão de Planta Genérica mudaria substancialmente os valores e que há um projeto interno, liderado pelo IPPLAN, para fazer a contratação de um estudo para revisão da Planta Genérica. Informou que a revisão será realizada, que é o interesse da Administração, mas é um processo longo e caro e não se sabe se ficará pronto ainda neste exercício. Informou que não seria feita alteração no IPTU no ano passado não fosse a previsão de queda da arrecadação em razão da redução do IPVA e da aprovação da PEC 66 que impactará as retenções em folha do Imposto de Renda, que foram dois golpes contundentes no orçamento de Maringá. Informou que os valores empenhados em educação e saúde somaram mais de 1,4 bilhões de reais, ultrapassaram em muito a regra constitucional de receitas vinculadas e não faltou recursos para outros investimentos. Concluiu que existe esse estudo para a revisão da Planta Genérica, com a participação da Secretaria de Fazenda para contribuir com o estudo e elaborar um bom termo de referência para a contratação. Encerrados os questionamentos dos senhores Vereadores, foi aberta a palavra aos presentes na Audiência Pública, bem como verificação de perguntas enviadas por via eletrônica. Não havendo manifestações do público, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento agradeceu a presença do Secretário Municipal de Fazenda e do Diretor de Contabilidade. Em seguida, fez sua manifestação final, frisando sua preocupação em relação à atual arrecadação do ISS em comparação à reforma tributária, uma vez que não está claro como será feita a compensação das perdas desse tributo, que a parte de Maringá no fundo de participação dos municípios é muito pequena, que a parte relativa ao ICMS também é menor, uma diferença aproximada de 300 milhões de reais, que o desenvolvimento da nossa cidade se deu graças à boa arrecadação do Município e que é preocupante como ficará o orçamento e a arrecadação a partir da reforma tributária, quando ainda não está claro a forma como Maringá receberá esses recursos, que a Câmara de Maringá continuará a acompanhar os próximos quadrimestres e que espera que o Município de Maringá continue a fazer bons investimentos para alcançar eficiência dos gastos, especialmente em

educação e saúde, em que os valores investidos são altos, muito mais do que a maioria dos municípios do mesmo porte de Maringá, mas ainda há muitas reclamações por parte da população em relação ao atendimento. Por fim, lembrou que o orçamento 2025 foi elaborado ainda na gestão do Prefeito Ulisses Maia e que a partir de 2026 será executado o orçamento elaborado pela gestão Silvio Barros, que, portanto, haverá mudanças nos investimentos e alocação de recursos. Após, abriu a palavra ao Secretário de Fazenda para suas considerações finais. Em sua manifestação, o Secretário agradeceu a presença de todos, dos Vereadores, demais Secretários e da população, e firmou compromisso de trazer na audiência do 1º quadrimestre de 2026 a atualização do orçamento em relação à reforma tributária, os números, o seu impacto e para observar a média histórica do fundo de compensação. Que o preocupa bastante qual será a matriz econômica de Maringá para fazer frente à reposição da perda de arrecadação, além do degrau inflacionário que virá junto para planejar como esse problema será enfrentado. Dessa forma, o Presidente Sidnei Telles a agradeceu a presença dos vereadores bem como dos demais participantes, pelo debate realizado. Nada mais havendo a tratar, às 15h55min foi encerrada a Audiência Pública, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes. Fica consignado que o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 3º quadrimestre de 2025, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi fornecido pela Prefeitura Municipal e integra a presente Audiência Pública. O conteúdo na íntegra da Audiência foi registrado em meio audiovisual e encontra-se disponível para acesso no site da Câmara Municipal de Maringá, no registro “024/2026 - Prestação de Contas do Município - 3º quadrimestre de 2025 - Comissão de Finanças e Orçamento” e no link: <https://sapl.cmm.pr.gov.br/audiencia/24>”.

SIDNEI TELLES
Presidente

UILIAN DA FARMÁCIA
Vice-Presidente

DANIEL MALVEZZI
Membro

GUILHERME MACHADO
Membro



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Henrique Machado, Vereador**, em 12/03/2026, às 09:47, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Uilian Moraes Segura, Vereador**, em 12/03/2026, às 10:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 13/03/2026, às 09:41, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Falcioni Malvezzi, Vereador**, em 13/03/2026, às 17:18, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0440914** e o código CRC **CF922988**.